

ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-7-2024.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 028/24 (Processo nº 0437/24), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 172/24 (Processo nº 0325/24), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 184/24 (Processo nº 0359/24), de autoria de Jessé Sangalli; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 218 e 226/24 (Processo nºs 0436 e 0462/24, respectivamente), de autoria de José Freitas; o Projeto de Resolução nº 045/24 (Processo nº 0447/24), de autoria de Ramiro Rosário; e o Projeto de Resolução nº 046/24 (Processo nº 0466/24), de autoria de Cassiá Carpes. Também, foi apregoado o Ofício nº 1852/24, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 022/24 (Processo nº 0467/24). Foi apregoado Requerimento firmado por Mônica Leal, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia vinte e cinco de junho do corrente ano. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Jonas Reis, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Fernanda Barth, Tiago Albrecht e Claudio Janta. Na oportunidade, por determinação de Mauro Pinheiro, presidindo, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Luiz Braz e a Maria Ferronato, e, por solicitação de Jonas Reis, a Pedro Fernando Duarte de Oliveira. Às quinze horas e vinte e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 114/10 (Processo nº 2567/10). Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Karen Santos, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 192/24 (Processo nº 0387/24), bem como aprovados Requerimentos solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes e sua votação em destaque. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Biga Pereira e Giovani Culau e Coletivo, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 244/23 (Processo nº 0445/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às

Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Alvoní Medina, José Freitas e Mari Pimentel, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 032/23 (Processo nº 0069/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Alvoní Medina, José Freitas e Mari Pimentel, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 078/24 (Processo nº 0153/24), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24 (Processo nº 0443/24). Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24, após ser encaminhado à votação por Adeli Sell e Pablo Melo, por dezesseis votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Hamilton Sossmeier, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Biga Pereira, Comandante Nádia, Everton Giménis, Fernanda Barth, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi declarada prejudicada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24. Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24, após ser encaminhado à votação por Idenir Cecchim e Tiago Albrecht por sete votos SIM e vinte e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Alvoní Medina, Comandante Nádia, Fernanda Barth, José Freitas, Mari Pimentel, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Everton Giménis, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Psicóloga Tanise Sabino. Foi aprovada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24, por vinte e quatro votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Ramiro Rosário, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell. Foi encaminhado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24 e de sua Emenda nº 02 por Ramiro Rosário, Idenir Cecchim, Comandante Nádia, Jonas Reis, Pablo Melo, Claudio Janta, Cassiá Carpes e Mari Pimentel. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24, por vinte e quatro votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoní Medina,

Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Everton Gimenis, Giovanni Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Adeli Sell apresentou e leu sua declaração de voto ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24. Na oportunidade, Idenir Cecchim formulou Requerimento verbal, solicitando que, após a apreciação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/24, sejam apreciados os projetos de concessão de título. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 201/22 (Processo nº 0366/22), após ser discutido por Everton Gimenis, Idenir Cecchim, Comandante Nádia e Aldacir Oliboni e encaminhado à votação por Airto Ferronato. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e cinquenta e três minutos às dezessete horas e três minutos. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Jonas Reis e Everton Gimenis, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 201/22, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 201/22. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 201/22. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 192/24 (Processo nº 0387/24), após ser discutido por Cláudio Conceição, Cassiá Carpes, Karen Santos e Márcio Bins Ely. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 192/24. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 192/24, por quatorze votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Claudio Janta, Everton Gimenis, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e votado Não Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em nova votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 192/24. Idenir Cecchim formulou Requerimentos verbais, solicitando alteração na ordem de apreciação das proposições prioritizadas, passando-se imediatamente aos títulos honoríficos e alteração na ordem de apreciação de outras duas matérias constantes na Ordem do Dia. Foi constatada existência de quórum deliberativo, em verificação determinada por José Freitas, presidindo. Márcio Bins Ely formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria prioritizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 023/24 (Processo nº 0094/24). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 130/24 (Processo nº 0249/24), por vinte e quatro votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Márcio Bins Ely,

Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 097/24 (Processo nº 0201/24), por vinte e quatro votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 133/24 (Processo nº 0259/24), por vinte e cinco votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 017/20 (Processo nº 0053/20), por vinte e cinco votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 127/24 (Processo nº 0245/24). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 127/24, por vinte e sete votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 127/24, por vinte e seis votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 079/24 (Processo nº 0160/24), por vinte e nove votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex

Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 207/24 (Processo nº 0420/24), por vinte e sete votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 197/24 (Processo nº 0403/24), por vinte e sete votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 196/24 (Processo nº 0402/24), por vinte e oito votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 083/24 (Processo nº 0174/24), por vinte e quatro votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 134/24 (Processo nº 0262/24), por vinte e oito votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Às dezessete horas e cinquenta e nove minutos, mediante acordo de líderes, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 256/21 e 610/23. Às dezoito horas, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro, José Freitas e Idenir Cecchim.

Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 25 de junho de 2024.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença no dia de hoje e nos assiste pela TVCâmara também; o grupo de investigação do jornal Zero Hora apresentou, entre ontem e hoje, conclusões de um trabalho sério e importante, que me tocou bastante, Ver. Adeli, muito, que é exatamente sobre as tais pousadas, ou no singular, Pousada Garoa. O trabalho apresentado pelo jornal Zero Hora mostra que essa tal pousada ou as Pousadas Garoa nunca tiveram condições, nunca, nunca tiveram condições de receber pessoas lá, nunca. Não esqueçam que, pouco antes da tragédia climática, pouco antes, lá morreram 10 pessoas queimadas e mais uma, depois do hospital, 11 pessoas, e até hoje não há qualquer responsabilização. Vereador Conceição, que é da Polícia, como assim? Morreram 11 pessoas, 10 queimadas e uma depois em consequência das queimaduras. A responsabilidade é de muita gente. Eu sou advogado, eu conheço esse tema, existe o crime *longa manus*. Quem permitiu, sem fiscalizar, com diárias de preço de hotel do Centro da cidade, de Plaza São Rafael, era o preço das diárias para aquele lixo que era, com teto, segundo a GDI – Grupo de Investigação do jornal Zero Hora –, com teto de isopor, qualquer coisa queimaria. Teto assemelhado ao da Boate Kiss, era isso que tinha na Pousada Garoa, talvez ainda tenha, Ver. Alex Fraga, talvez ainda tenha, foi denunciado que tinha e talvez ainda tenha. Mas quem contratou as Pousadas Garoa? A Prefeitura, é claro. A Prefeitura não é abstrata, ela é formada por pessoas, alguém assinou um contrato, alguém chamou, alguém indicou, alguém pagou, mas ninguém fiscalizou. Isso ninguém fez, ninguém fiscalizou, e agora parece que não foi ninguém. Quando há situações em que não foi ninguém, do meu ponto de vista, foram todos, claro, pois a Prefeitura contratou, as pessoas morreram queimadas. E agora? Agora o jornal Zero Hora constatou que não havia condições, nunca houve condições de habitabilidade ali. Eu lembro quando

o ex-secretário Léo Voigt chegou a dizer assim: “Qualquer casa tem ratos e outros bichos”. Isso não é verdade, ex-secretário, que barbaridade, justificando as más condições do local, Ver.^a Biga, justificando. A minha casa não tem ratos, muitas casas não têm ratos. Para pobre, tem que ter rato, telhado de isopor, para pegar fogo, era isso que ele estava dizendo? Para pobre, vale tudo! Aquele dinheiro que eles estavam gastando ali é dinheiro de Porto Alegre, não era do secretário Voigt nem do prefeito Melo; era dinheiro da cidadania de Porto Alegre, dos cofres públicos da capital. É uma barbaridade! É uma barbaridade que isso tenha acontecido, com a trágica morte de dez pessoas, uma depois, são onze, e esse tema não foi levado adiante em repercussão midiática por conta da tragédia climática que veio logo após. Mas, agora, nos levantamentos realizados pela imprensa investigativa, isso aparece de forma clara, e me diz lá o Ver. Conceição que há um inquérito quase no final em nível policial. Eu espero, Presidente Mauro Pinheiro, eu espero que haja, sim, a indicação dos culpados, que haja a punição devida e que esta Câmara comente o tema. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Esta presidência faz um requerimento de minuto de silêncio, em homenagens póstumas, ao nosso ex-vereador e ex-presidente desta Casa por duas vezes, Luiz Braz, que faleceu na última segunda-feira; e também para a tia do nosso querido Ver. Ferronato, Sra. Maria Ferronato.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Só queria dizer, Presidente, que o pessoal se associa ao que V. Exa. traz em homenagem ao Ver. Luiz Braz. Eu tive a honra, assim como V. Exa., de ser colega dele na Casa, e fui presidido pelo Ver. Luiz Braz aqui na Câmara Municipal. Vamos fazer essa justa homenagem.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Presidente, além de me associar a essas palavras e condolências, quero também incluir o nome do professor Pedro Fernando Duarte de Oliveira, que foi da direção do Simpa, foi um sindicalista, um professor lutador pela educação, foi da vice-direção do Villa Lobos, esteve em várias escolas, como a Chico Mendes, contribuindo muito para a educação da nossa cidade, que infelizmente partiu na semana passada. A cerimônia foi na quinta-feira, deixar aqui consignada a gratidão da cidade por tanta educação que ele produziu, tantas pessoas passaram pela sala dele.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Os vereadores que quiserem dirigir algumas palavras em homenagem ao nosso ex-vereador Luiz Braz, fiquem à vontade.

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS): Presidente, em nome do partido Republicanos – eu, Ver. José Freitas, Ver.^a Mari Pimentel, Ver. Alvoní Medina – nos somamos também a esta homenagem.

Vereador Hamilton Sossmeier (PODE): Presidente Mauro, em nome do Podemos – eu e o Ver. Giovane Byl e todo partido –, nos solidarizamos com a passagem do ex-vereador Luiz Braz.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): A bancada do PCdoB se solidariza com os familiares e amigos pela representação que Luiz Braz deixou à nossa cidade, a sua dedicação à educação, ao serviço público. Foi vereador por sete legislaturas, foi presidente desta Casa por duas vezes; na sessão de segunda-feira, eu fiz essa manifestação sugerindo, inclusive, que nós decretássemos luto nesta Casa em honra à toda dedicação de Luiz Braz à nossa cidade. Ele lutou pela vida contra o câncer e lutou pela nossa cidade. Nossa solidariedade aos familiares e a toda nossa cidade, nos somamos neste momento.

Vereador Adeli Sell (PT): Vereador Mauro Pinheiro, no passamento do nosso ex-colega Luiz Braz, eu quero aqui colocar que teve momentos aqui, nesta Casa, em que nós tínhamos muitos debates políticos. Ele pertencia ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – e nós ao PT. Nós tínhamos bastante divergências, como é comum; no entanto, nós tínhamos um respeito muito grande, e esse debate nos ajudou em muitos momentos. A gente via que, em alguns momentos, o plenário estava tão dividido que era importante pensar em projetos para a cidade e não ter uma autoria de um lado ou de outro, tanto que o Braz e eu fizemos aquele projeto das bancas de chaveiro juntos e foi aprovado por todo mundo, foi um projeto exitoso. Então, é um exemplo de que a Casa precisa neste momento, em 2024, olhar um pouco para trás e ver que, apesar das divergências, a gente pode trilhar caminhos juntos e muito importantes. Obrigado.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Presidente Mauro Pinheiro, quero também me solidarizar em nome do Cidadania. O Luiz Braz foi meu colega aqui, colega de muitos vereadores que ainda estão nesta Casa, foi um grande parlamentar, um homem de opinião, homem de uma boa retórica, radialista, ou seja, deixou um serviço muito grande para a cidade de Porto Alegre. Um homem do diálogo, conseqüentemente foi presidente desta Casa também, pelos seus méritos, pelas suas qualidades. Portanto, tenho certeza que o povo de Porto Alegre sente muito a falta de um grande líder que esta Casa teve e que o povo teve. Obrigado, Presidente.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente Mauro, eu não tive a oportunidade de ser colega do Ver. Luiz Braz, nem enquanto Presidente da Casa e nem enquanto vereador, mas conheço o vereador e o trabalho que ele teve por longos anos, através da Jaira, que foi assessora por 35 anos do vereador e, depois, foi minha assessora também. E sempre acompanhei a trajetória do Luiz Braz, desde a época do Show do Quilo, que saciou a fome de milhares e milhares de pessoas com aquele projeto que ele executava, com muito afinco, com muito amor, a gente via a satisfação que ele tinha em fazer aquele evento para poder saciar a fome da população. Então, eu tenho certeza que ele está num bom lugar, acolhido pelos anjos, porque ele foi uma pessoa boníssima,

enquanto ser humano, enquanto pessoa física. Ele está bem guardado pelos anjos, está iluminado e vai estar sempre na nossa memória, no nosso coração, pelo trabalho maravilhoso que ele deixa para a nossa Porto Alegre e para todas as pessoas que ele ajudou. Muito obrigada.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Presidente Mauro, o PDT também se associa a essa homenagem póstuma ao Ver. Luiz Braz, com quem convivi aqui, com quem dividi esses debates nesta Casa. Falo também em nome do Ver. Márcio Bins Ely. É um momento difícil para todos nós, quando a gente perde uma pessoa amiga, que está próxima, vamos fazer esse minuto de silêncio, então.

Vereador Pablo Melo (MDB): Sr. Presidente, em nome da bancada do MDB, do Ver. Cezar Schirmer, do Ver. Idenir Cecchim, Ver.^a Lourdes Sprenger e Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, quero deixar os nossos sentimentos à família, aos seus amigos, enfim, desse que foi um grande vereador desta Casa, um homem de bem, um ótimo pai de família e um grande presidente. Eu tive uma relação com ele, o conheci através do meu pai, e ele foi filiado, até o final de sua vida, ao MDB, então uma pessoa que nós tivemos uma ótima convivência, com quem muito aprendemos e que fará muita falta à política porto-alegrense.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Como foi dito aqui por vários vereadores, praticamente de todos os partidos, o nosso ex-vereador Luiz Braz, um homem de respeito e de diálogo, que, com certeza, onde estiver – como disse a nossa Ver.^a Cláudia – será bem acolhido por Deus, por todo o trabalho social que fez como vereador, por toda a sua dedicação. Nossos sentimentos a toda a família. Convido a todos para ficarem de pé para prestarmos essa homenagem de um minuto de silêncio ao nosso ex-vereador Luiz Braz.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): Presidente, gostaria de deixar também a nossa solidariedade, em nome do PSDB, a todos os familiares, amigos, a esse grande amigo que eu tive a oportunidade de conhecer, não fomos colegas, mas tive a honra de conhecer esse vereador que fez uma política do bem e, com certeza, deixou a sua história para muitos de nós aqui, que estamos iniciando nesse caminho e com certeza deixará ainda mais a sua marca entre nós. Pela bancada do PSDB, a nossa solidariedade a todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, Ver. Marcelo. Registro as presenças do Ver. Tiago Albrecht, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. Moisés Barboza.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, veja só os absurdos que nós temos nesta cidade. O prefeito continua por aí, caminhando como se nada tivesse acontecendo. O lixo continua acumulado em todas as ruas do Sarandi, Vila Elisabeth e Asa Branca; quer dizer, aquela região para ele não existe. Ficou demonstrado por não ter manutenção nos diques, ficou demonstrado pelas casas de bombas colapsadas e, mais uma vez, não satisfeito em demonstrar isso, com alagamento, com prejuízo às pessoas, ele demonstra agora virando as costas e não fazendo a limpeza urbana que deveria fazer. É um absurdo ver uma capital abandonada por uma pessoa que, na campanha, dizia que iria fazer diferente, que iria ser alternativa. E aí a gente vê a piada instalada há mais de três anos e meio, o povo sofrendo. E ontem tivemos nesta Casa uma audiência pública vergonhosa de uma vereadora que desenterrou aí um tal projeto de lei de um vereador que, inclusive, foi condenado na justiça. Aí desenterrou o projeto para amordaçar as escolas, mordança nos professores. E ontem, por longas duas horas, eles não cobraram do governo na audiência a abertura das escolas alagadas, porque as crianças estão há dois meses sem aula. Não fizeram a limpeza das escolas; quem fez foi o Exército a mando do Múcio, ministro da Defesa do governo Lula. Os militares que limparam as escolas, porque o governo Melo não tinha um CC para entrar na escola para limpá-la. Aliás, tinha CC gravando vídeo; tinha um gravando vídeo num barquinho, lá no Sarandi, dizendo: “Agora eu estou aqui, agora eu cheguei. Estou aqui, sorridente.” Está lá na internet esse vídeo. Era o mesmo que pulava no asfalto outro dia aí, dava uns pulos no asfalto. Aí eles não cobraram na audiência que as escolas voltem a funcionar. Mais de dez escolas! Isso é um absurdo! Mais de 15 mil crianças sem acesso à educação. Parece que a educação do filho do trabalhador não importa para este governo. Mas eles deram um jeito aqui de mandar hoje para nós – isso que é uma vergonha – a criação de mais CCs para ocupar cargos, isso eles acham ligeirinho, eles são ligeiros, rápidos, certos. E não é CC pequeno, viu, são singelos R\$ 12 mil, singelos, não é? Demoraram dois meses não para mandar para cá o projeto para reconstruir as escolas colapsadas, mandaram para criar CCs no suposto escritório que eles chamam de reconstrução. Mas a SMED que deveria ter feito a limpeza das escolas não fez, então são escolhas que esse governo faz. Assim como, escolheu botar asfalto na Av. Lucas de Oliveira, e não fazer, com o dinheiro, as obras das comportas e das casas de bombas. Resolveu botar asfalto em zona nobre que já tinha um asfalto bom, assim como na Rua Santana onde o asfalto era bom. Aí tem gente que diz: “tu vê, tu vê, o Melo não é culpado, é culpa da natureza”. Claro, a natureza trouxe a chuva, mas quem não fez, por escolha política, as obras de manutenção do sistema de prevenção contra as cheias foi o governo municipal, que botou R\$ 100 milhões para asfalto. O asfalto está lá e as casas estão alagadas, as residências, as pessoas não conseguem voltar, que é o caso da Asa Branca. Eles não fizeram a liberação do aluguel social, mas estão aqui trabalhando desde segunda-feira, trabalhando para aprovar esse projeto vergonhoso. E o pior, segunda-feira, ao invés de decretar luto por um ex-presidente que duas vezes presidiu esta Casa, sete mandatos, eles resolveram fazer a sessão plenária para correr a Pauta para poder, hoje, votar criação de CCs, porque a lei

eleitoral diz que depois de sexta-feira não pode mais. Então, eles têm que garantir o trezinho da alegria do Sebastião Melo. Até no apagar das luzes, na boca da eleição, o trezinho da alegria segue a sua locomotiva a todo vapor, para acomodar os amigos, os camaradinhas, a turma do cafezinho, a turma da cozinha, da boa prosa. Agora, o problema é que a assistência social no Município não funciona, as pessoas passam frio nas ruas porque assistência é uma vergonha, deixou apodrecer comida no 1º andar da FASC, e o diretor-presidente não fala nada, não diz nada.

Sinceramente, eu estou cansado e a cidade está também. Saiu uma pesquisa indicando que 70% dizem que Melo vai mal, 70% da cidade. Será que nem com isso o governo não ouve o clamor da população e retira de pauta a criação de CCs? Nós precisamos de psicólogos, de médicos, de enfermeiros nos postos fechados, professores. Dezenove mil pessoas sem vaga nas escolas, porque eles tiveram 3,5 anos e não fizeram. Eles devem R\$ 2 bilhões para a educação, e aí eles fazem... a prioridade do dia está aqui, gente: instituí o Programa Porto Alegre Forte – criação de CCs –, 6 CCs de coordenador-geral, 4 de coordenador, 2 de secretário adjunto e por aí vai. É fácil ser Melo. É só mandar projeto de criação de CC, é assim, e parece que a vida segue normal e tranquila. Nós, do PT, não vamos compactuar com isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, e aqueles que nos acompanham nas redes sociais e também na TV Câmara; em primeiro lugar, vamos aqui combater *fake news* e desinformação com fatos e verdades. A Operação Bota-Fora, que é a força-tarefa do DMLU, com investimento de R\$ 100 milhões da Prefeitura, que já recolheu mais de 100 mil toneladas de entulhos, que tem 1.500 colaboradores nas ruas, e que atua em 30% do território porto-alegrense que ficou abaixo d'água, está em plena operação na cidade. Então, há uma atuação firme da Prefeitura de Porto Alegre na limpeza e na reconstrução dessas áreas mais afetadas, fora a operação dos outros 70% da cidade que, naturalmente, segue o seu fluxo natural, em que há o recolhimento normal de lixos na cidade. Essa operação de R\$ 100 milhões na cidade de Porto Alegre, ela é para esses 30% da cidade, como eu disse, com 100 mil toneladas já recolhidos, com 1.500 pessoas trabalhando para a limpeza da cidade, com mais de 460 máquinas, entre caminhões e retroescavadeiras.

Em segundo lugar, o líder do PT sobe aqui à tribuna para falar sobre o escritório de reconstrução da cidade de Porto Alegre, mas esquece que o governo federal, o governo do Lula, com o ministro Paulo Pimenta, por uma medida provisória, fez o escritório de reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul. E esse escritório de reconstrução do governo Lula/Pimenta tem a previsão de 29 cargos, e já quase 20 ou 22 ocupados. O valor desse escritório de reconstrução do governo federal, do governo Lula, está em R\$ 210 mil, vamos dar um exemplo prático aqui: ministro Paulo Pimenta, R\$ 44mil; secretário executivo, o Maneco Hassen, que, aliás, é o menos petista dos petistas,

R\$ 18 mil. E aqui eu tenho uma lista, vou passar para todos os vereadores, exatamente a lista com cada um dos 29 cargos criados pelo governo federal, fica à disposição na minha mesa e para quem quiser acessar, que no governo federal o governo Lula acha importante ter um escritório de reconstrução do Rio Grande do Sul. O governo do Estado do Rio Grande do Sul mandou um projeto para a Assembleia Legislativa, Ver.^a Nádia, com a criação de 36 cargos para o escritório de reconstrução do governo do Estado do Rio Grande do Sul, e, pasmem, grande imprensa que nos acompanha aqui, os principais veículos de comunicação: oito deputados da bancada do PT, e dou até inclusive os nomes, porque são nomes extremamente conhecidos aqui de todos nós, votaram a favor da instituição do escritório de reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul e que votaram na Assembleia Legislativa, vamos lá: Adão Pretto, Jeferson Fernandes, Leonel Radde, Luiz Fernando Mainardi, Miguel Rossetto, Pepe Vargas, Stela Farias, Valdeci Oliveira e Zé Nunes. Portanto, a bancada do PT na Assembleia faz uma coisa; na União, o Presidente Lula e o Pimenta pedem apoio para que passe no Congresso a medida provisória, porque eu acho que é em setembro, se eu não me engano, que tem que ser aprovado no Congresso, esse escritório com 29 CCs, já com um custo de R\$ 210 mil, atuando desde agora, com quase 20 CCs já nomeados. Então a gente saúda que o governo federal esteja preocupado com o escritório de reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul, a Assembleia Legislativa, e a gente pede para a bancada do PT, do PSOL e do PCdoB manter a coerência que tem tido no governo do Estado e na União, para que a gente tenha, sim, um escritório aqui de Porto Alegre, para a capital de todos os gaúchos.

Portanto, eu trouxe dados e não vim aqui com opinião furada, como veio o líder do PT na Casa, e a gente pede que a coerência seja mantida, do Partido dos Trabalhadores, lá e aqui. E, aliás, o ministro Pimenta, para finalizar, Presidente Mauro Pinheiro, ele dá uma declaração ao jornal Metrôpoles, de Brasília, pedindo para que o Congresso tenha a sensibilidade de aprovar esse escritório de reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul, e quem não votar a favor está retalhando ideologicamente o governo por estar trabalhando pelo Estado do Rio Grande do Sul. Então, estou usando as palavras do Ministro Pimenta aqui na tribuna da Câmara, para que não haja retaliação ideológica nesse momento, por causa do projeto que cria o Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática de Porto Alegre, que deve passar essa tarde na Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu subo em tempo de liderança de oposição, agradecendo nosso líder, Ver. Roberto Robaina, pela possibilidade de utilizar a palavra, também aos demais integrantes do nosso bloco de oposição, vereadores do PT, do PCdoB e do meu partido, PSOL. A causa que me move a utilizar esse momento de manifestação de fala nessa tribuna é uma preocupação que não só faz parte, digamos, dos nossos últimos momentos, mas também

em relação a toda sociedade porto-alegrense, principalmente aquela que foi mais impactada com relação ao que alguns dizem ser uma tragédia climática, mas o clima já havia dado sinais de que as coisas estavam diferentes.

Em 2023, nós tivemos uma enchente em Porto Alegre não de tão grande dimensão quanto a de maio deste ano, mas fomos alertados. A Prefeitura foi alertada; os órgãos governamentais foram alertados, mas pouco fizeram; porém, o que me move a utilizar a palavra neste momento é a necessidade que essa Casa Legislativa, dentro das suas atribuições legais, tem a obrigação de investigação. Nós, como Casa Parlamentar da cidade de Porto Alegre, precisamos fazer a nossa parte. Eu venho aqui propor a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na Câmara Municipal de Porto Alegre, para fazer a investigação da empresa que seria a responsável pelo sistema de manutenção das casas de bombas e dos diques em nossa cidade. E aqui a nossa equipe preparou um apanhado, em uma linha temporal, para tentar explicar aos vereadores e vereadoras o que aconteceu ao longo de muitos anos: lá pelos idos de 2005, no governo José Fogaça, nós tivemos a criação, por decreto, do caderno de encargos do Departamento de Esgotos Pluviais, o DEP, que tinha uma série de normativas que determinavam como deveria ser a manutenção das casas de bombas no Município de Porto Alegre – isso em 2005. Porém, durante o governo José Fortunati, o sistema de prestação, de manutenção das bombas foi transferido para uma empresa, a Bombas Sinos – isso aconteceu no ano de 2016 –, sendo que a empresa foi contratada para prestar manutenção por empreitada: estragou uma casa de bombas, eles iriam lá, consertariam e fariam as adequações necessárias. Porém, no ano de 2017, primeiro ano da gestão Nelson Marchezan Júnior, houve a nomeação de um engenheiro chamado Thierry Moraes, em cargo comissionado, que, dentre suas atribuições, estava a definição dos termos de referência para processos licitatórios. E, concomitante a isso, houve a extinção do DEP, e o DMAE absorveu essa autarquia. No ano de 2018, o engenheiro Thierry Moraes foi designado fiscal de contrato para a Bombas Sinos e desenvolveu o termo de referência para terceirização de toda a manutenção preventiva e corretiva do sistema de prevenção de cheias de Porto Alegre. No ano de 2021, primeiro ano do prefeito Sebastião Melo, houve o processo de concorrência, a Bombas Sinos ganhou a licitação, porém, no edital de licitação, foi simplesmente desconsiderado o caderno de encargos do DEP. E o pior não é isso, a partir daquele termo de referência, ficou ajustado que a empresa, em conjunto com a supervisão, deveria elaborar um plano de manutenção preventiva para todos os equipamentos cobertos pela contratação. Que tipo de licitação não estipula preço prévio aos serviços a serem prestados, deixa a cargo de um acordo, de uma tratativa entre a empresa e os que supervisionam? Algo está muito errado, e precisamos cumprir a nossa obrigação legal de investigar esse processo licitatório, esses contratos e o tipo de envolvimento que o engenheiro Thierry tinha com relação ao que foi implementado no Município de Porto Alegre. Agradeço a atenção de todos e todas, e vamos abrir um processo SEI para começar a coleta de assinaturas para a abertura dessa CPI. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos escutam hoje, eu vim falar em nome da liderança do PL, do meu partido aqui no Município de Porto Alegre, onde eu, a Ver.^a Comandante Nádia, minha vice-líder, e o Ver. Jessé, por convicção e coerência, nunca apoiamos nenhum tipo de projeto que aumente cargos, número de CCs, remuneração extra, mas aqui eu abro uma janela. Se eu tenho uma cidade conflagrada, no caso que eu estou dando o exemplo, pelo crime, eu vou fazer uma contratação emergencial de homens de segurança, de equipamentos de segurança, porque é necessário e é temporário. Se eu tive um acesso das águas aos muros da Mauá, em setembro do ano passado, e nós vimos de perto o tamanho da calamidade que poderia advir à nossa cidade caso aquilo se repetisse em intensidade maior, nós votamos aqui nesta Casa o aumento do número de pessoas na Defesa Civil do Município. Nós ampliamos o escritório da Defesa Civil do Município, porque havia um motivo plausível para isso.

No caso da votação de hoje, e nós pensamos e debatemos muito a esse respeito dentro do PL. No caso do governo do Estado, eu acho completamente absurdo e estapafúrdio 36 cargos criados para isso. No governo federal, a gente viu criarem todo um ministério extraordinário que não manda dinheiro, mas faz discurso. Enfim, só uma demonstração da inoperância absoluta do governo federal, se não fosse a inoperância absoluta do governo federal que, inclusive, no governo Dilma em 2014, engavetou o projeto de manutenção, modernização e conclusão do sistema de contenção de cheias e enchentes do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação financeira e formal pertence à União, e não fizeram absolutamente nada, era para estar no Programa de Aceleração do Crescimento e foi engavetado pela Dilma em 2014. E que nós vemos a total inoperância federal em relação à desgraça, à catástrofe natural que nós enfrentamos neste Estado do Rio Grande do Sul. Se o governo federal cumprisse a sua obrigação, nós não precisaríamos estar criando escritório de reconstrução algum, em primeiro lugar, porque essa cheia não teria tido esse impacto, porque nós estaríamos bem protegidos pelo sistema de contenção de cheias e enchentes que deveria ter sido concluído. E para quem conhece o projeto, ele começava lá na Serra, com a construção de diques, que nunca saíram do papel da União, e, nós, Porto Alegre, pagamos o pato, porque todos os rios deságuam aqui.

Hoje, assim como sempre acontece, todos os dedos apontam para quem está mais perto, e quem está mais perto é o prefeito desta cidade. Então, os dedos muitas vezes sem a informação, os dedos muitas vezes ignoram, no sentido da ignorância da informação, julgam o governo Melo sem saber que deviam estar cobrando é do governo federal. Por isso que eu digo não é Fora Melo; é Fora Lula”. Fora Lula porque é ele que deveria ter posto o recurso aqui e não botou, e agora só faz promessas vazias de um governo que parece que quer ver o Rio Grande do Sul rastejar atrás de migalhas.

Por isso hoje, abrindo uma exceção, o PL votará favorável à criação do escritório de reconstrução de Porto Alegre, por tempo determinado, até dezembro, com emendas que melhoram o projeto, as quais eu e a Ver.^a Nádia assinamos em conjunto. Sem essas emendas, eu me sentiria bem difícil de apoiar, mas, em virtude de que as emendas são muito boas, nós votaremos, aprovaremos as emendas, aprovaremos o projeto, defenderemos se assim for necessário, e conclamamos à sociedade continuar ajudando Porto Alegre e continuar mostrando para essa imprensa que faz vista grossa aos desmandos do governo federal, que ele tem a chave do cofre e não manda nada para cá, só promessa. É só vocês verificarem, de fato, quanto o recurso veio de tudo que foi prometido e vocês verão que são promessas vazias, como castelos de areia, como tudo que esse governo, desgoverno Lula faz e fez até hoje. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, estimado plenário, pessoas que assistem a esta sessão e pagador de impostos que nos acompanha pela TVCâmara; eu acho que nós deveríamos oportunizar ao líder do PT uns três ou quatro tempos de liderança, mas para ele, para o líder, neste plenário, porque, quanto mais o líder do PT fala, mais mostra o desespero da esquerda, o despreparo do PT e a cara de pau deste partido em relação ao que está acontecendo no Brasil. Eu entendo que o líder do PT está desesperado, e ontem ficou claro na ótima audiência pública promovida pela Ver.^a Fernanda Barth, sobre o tema da escola sem doutrinação, ficou latente o desespero, porque vemos que ali o líder do PT tem adversários à altura, talvez melhores do que ele na área da educação, pessoas que efetivamente estão dentro da sala de aula – coisa que a gente sabe que ele passa longe. Além disso, onde tem PT, tem cheiro de corrupção, essa é uma regra; onde tem PT no governo, tem cheiro de corrupção desde o caso Celso Daniel, passando pelo mensalão, máfia das ambulâncias, petrolão, Lava Jato, e agora, em menos de 30 dias, ou pouco mais de 30 dias, 40 dias, nós vimos duas licitações com possível fraude. Mais uma e o PT música no Fantástico. A primeira com relação ao arroz, que agora, na maior cara de pau, o PT diz que não precisa mais e não vão fazer; a segunda, denunciado inclusive pelo Partido Novo, em Brasília, Tribunal de Contas da União vê possível fraude em licitação da Secom, de Paulo Pimenta. Paulo Pimenta, que já esteve envolvido em outros escândalos com suspeita de corrupção, agora protagoniza mais um. É o PT tentando comprar a imprensa para passar a sua narrativa. Aliás, já perceberam que a Maria do Rosário já está mais para Yeda Crusius do que para feminista? Já está vestindo terninho, *all star*. Aliás, como foi o caso da Manuela d'Ávila, é só Maria! Ah, agora é só Maria, mãe de família; votou contra a saidinha, na cara de pau, e votou contra também o Rio Grande do Sul, no perdão da dívida. Quando eu falo que a esquerda é contra o pobre, contra o trabalhador e a favor dos pelegos, dos sindicato, dos seus próprios cargos, está aí uma prova.

Por isso, sobre esse projeto, nós, do Novo, sempre temos o nariz torcido para criar cargos, e nos cheirou muito mal o jabuti que o governo tenta colocar ali, para maximizar os ganhos de alguns poucos do baronato do funcionalismo público, por isso oferecemos duas emendas e esperamos a aprovação. Inclusive, a Ver.^a Barth nos avisa que assinaram em conjunto, a Comandante Nádia, o bloco estava aberto a todos do plenário.

Então, para concluir, quanto mais o PT se desespera, quanto mais o Jonas faz videozinhos do lado de lá do vidro, mais vemos que a cidade está no caminho certo, com críticas, é verdade; com problemas, é verdade; com erros da Prefeitura, é verdade, mas nem de perto com as suspeitas de fraude, de corrupção, com o ministro que foi escanteado por Lula. Não sabiam o que fazer com o trambolho, com aquela montanha, se é que me entendem, e colocaram nesse ministério que não serve para nada. Entregaram 4%, Ver. Ramiro, do dinheiro novo que prometeram para o Rio Grande do Sul. Por isso, fica aqui, em tempo de liderança, o nosso desagravo, o nosso repúdio ao PT, o nosso repúdio ao ministro Pimenta, o nosso repúdio à forma como o Lula está tratando o Rio Grande do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Colegas vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, das plataformas, hoje, nós estamos falando de muitas coisas, a imprensa tem falado que os vereadores receberam um aumento. Os vereadores receberam tudo que os trabalhadores, no seu dia a dia, reivindicam: reposição da inflação. Foi isso que os vereadores receberam. Como todos os trabalhadores, negociaram nas suas convenções, sejam elas do privado, do público, sempre buscando a reposição da inflação. Isso já estava previsto, e nós recebemos. Na verdade, o grande aumento dos vereadores vem no ano que vem, que serão R\$ 6.480,00 a mais no salário. Isso, sim, é um grande aumento que os vereadores irão receber no ano que vem. Nós abrimos mão desse aumento, registramos em cartório e já destinamos o recurso do aumento para o Centro de Referência e Diagnóstico do Autismo, porque não podemos simplesmente não querer o aumento – isso nos foi informado. Então o aumento vai entrar, mas nós protocolamos um projeto de lei, aqui nesta Casa, revogando esse aumento para os vereadores e para o prefeito. Protocolamos esse projeto porque vimos a necessidade de colocar esse recurso na reconstrução da nossa cidade, principalmente em critérios importantes da nossa cidade, como a saúde e a educação. Esse projeto está protocolado aqui na Casa e esperamos votá-lo, que é realmente o aumento de salário dos vereadores, que terá um reajuste mínimo de R\$ 6.480,00. Esse é o real aumento previsto para os vereadores desta Casa.

Também hoje abrimos um SEI pedindo ao Presidente desta Casa e à Mesa Diretora – em função da catástrofe climática, a Câmara de Vereadores ficou fechada, nas nossas atividades, por mais de 15 dias –, que se faça, no máximo, uma semana de recesso.

A maioria das pessoas, escolas e uma série de atividades que fariam o recesso nesse período estão cancelando os recessos ou diminuindo bastante os recessos. Então a gente vê desnecessário nós iniciarmos um recesso dia 17 de julho e se estender até o início de agosto, porque a primeira sessão desta Casa que conta para nós, vereadores, é no dia 5 de agosto. Nós estamos com esses dois: um protocolado à Mesa Diretora, ao Presidente da Casa, que é a questão do recesso; e um projeto que nós entramos, projeto de lei do Legislativo, revogando o aumento que foi dado aos vereadores no final do ano passado, que foi dado ao prefeito e ao vice-prefeito no final do ano passado. Esperamos que esta Casa seja, pode se dizer, solidária à catástrofe que a nossa cidade está vivendo e que ainda nem terminou. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (15h23min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Lembramos que o primeiro projeto de hoje, o PLCE nº 009/24, está com a discussão encerrada, cabendo apenas encaminhamentos. Faremos o pregão da Ordem do Dia.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 114/10. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Karen Santos, ao PLL nº 192/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 192/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver.^a Karen Santos, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLL nº 192/24.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Biga Pereira e do Ver. Giovanni Culau e Coletivo, ao PLL nº 244/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 244/23 à apreciação das

comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Alvoní Medina, do Ver. José Freitas e da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLL nº 032/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 032/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Alvoní Medina, do Ver. José Freitas e da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLL nº 078/24. Não há necessidade da dispensa do envio dessa emenda às comissões, por quanto a proposição tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [PLCE nº 009/24](#). (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 009/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro Pinheiro, colegas vereadoras e vereadores, quando um projeto de lei entra enviesado, na contramão do bom senso, na contramão da boa governança administrativa, não há emenda nenhuma, nem nº 01, nº 02, nem nº 03, nem nº 10, nem nº 20 que vá resolver o problema das incongruências desta proposição. Eu volto aqui e repito, breve clara e objetivamente: o governo chega atrasado, porque não criou um gabinete de crise, não chamou a sociedade civil a agir em consonância, aí fica fomentando Pix para cá, Pix para lá, e até hoje, onde está efetivamente a prestação de contas? Eu sei que V. Exa. mandou Pix, mas eu volto a cobrar, não dos meus colegas vereadores, volto a cobrar do governo municipal. Eu cobro do governo municipal que ficou alardeando que conseguiu fazer isso ou aquilo, mas a gente viu que teve a instituição A, o instituto B, o instituto C que arrecadaram muitos valores. E eles não têm nenhuma obrigação, em princípio, de prestar contas para todos os cidadãos, a não ser para os seus associados e para quem pedir alguma coisa, porque não é um ente público. O governo, por exemplo, costuma fazer alardes de construções e de reformas, foi o caso do Tesourinha, eu fui lá verificar e os R\$ 2 milhões que vai custar essa obra, e são verbas do Ministério de Esporte, não são da Prefeitura de Porto Alegre, mas a função governativa, de governança, de gestão é da Prefeitura. E as pessoas estavam mudando o teto sem EPI – equipamento de proteção individual. Então, não será esta emenda... E, se necessário, a bancada do Partido dos Trabalhadores vai encaminhar emenda por emenda, para martelar, para dizer, para poder falar com a população de Porto Alegre. Porque chega o vereador aqui e fala um monte de barbaridades, um monte de barbaridades. Teve um

vereador de um partido velho, velho e carcomido já, que vem aqui, chama todo mundo do PT de ladrão e acha que isso é normal. E acha que isso é normal. Olha bem para nós, para a nossa história, para as nossas raízes. Não, nós não vamos mais responder na hora da provocação, gastar nossa liderança. Não, porque as pessoas já não acreditam mais nesse papo furado, porque, claro, neste País ainda funcionam as instituições democráticas. É claro que nós estamos vendo essa direita carcomida, facistoide, vir aqui e falar o que bem entende. É a banalidade do mal ambulante, está entranhado nas pessoas, que põem fogo no Pantanal e acham que está tudo bem, que derrubam árvores e está tudo bem. Não, nós vimos recentemente a SMAM, hoje SMAMUS, dar licença para derrubar qualquer árvore. Compensação? Antigamente, é bom dizer, e não faz tanto tempo assim, dizia na placa: “Foram retiradas tantas árvores e a compensação é de tantas outras.” Não existe mais isso, não existe transparência. Contra esse embrulho dessa proposta, nós queremos lançar luzes, raios de luz para ver se alguém se acorda nessa escuridão administrativa. Obrigado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Um registro, que também é um alerta, e parece que a posição do Ver. Jonas e do Ver. Culau é a mesma. Com relação à Astec, Ver.^a Mari, houve um pedido, não sei se examinado, negado, ou não examinado, ou negado, de audiência pública. E isso pode dar uma nulidade processual. Eu queria fazer esse registro. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, vereador. O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 009/24.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, aqueles que nos acompanham nas galerias, nas redes sociais, imprensa aqui presente; eu vejo representantes do Correio do Povo, da Zero Hora, do Jornal do Comércio, aqui presentes; é importante dar luz que o Presidente Lula, volto aqui à tribuna para dizer, junto com o ministro Paulo Pimenta, por medida provisória, fez o gabinete de reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul, com 29 cargos. Vamos lá, vamos lembrar de alguns nomes petistas históricos: Paulo Pimenta, Maneco Hassen, Ferrer, Comassetto, nosso caro colega vereador; Juliano Roso, do PCdoB. Isso aqui, aliás, está mais para Internacional Socialista do que para um escritório de reconstrução, mas isso é uma história para um outro momento. Em segundo lugar, na Assembleia Legislativa, a bancada do PT também votou a favor do escritório de reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul. Então, Ver. Adeli Sell, pelo qual eu tenho a maior estima, o maior respeito, essas discussões que o senhor está colocando aqui, com toda sociedade, também foram produzidas em nível federal e estadual, ou os escritórios tanto federal quanto estadual foram feitos numa medida de urgência devido à catástrofe, a maior catástrofe climática que nós tivemos na história do Rio Grande do Sul, e uma das maiores do Brasil? Portanto, Ver. Adeli Sell, peço coerência para que as bancadas da oposição –

do PT, do PSOL e do PCdoB – mantenham a coerência da linha do seu Presidente da República, que mantenham a linha da coerência das suas bancadas na Assembleia Legislativa. E finalizo com a frase do ministro Paulo Pimenta ao jornal Metrôpoles: “Então, um partido político que, numa hora como essa, optar, por uma questão de natureza ideológica, a tomar uma atitude como essa de rejeitar a medida provisória, com o objetivo de retaliação, mas que tem como consequência impedir um trabalho que está sendo feito para ajudar o Rio Grande do Sul, é o partido político que vai revelar a sua vontade de que as coisas deem errado”. Assinado, ministro Paulo Pimenta, do PT, do Presidente Lula. Boa tarde a todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Hamilton Sossmeier, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 009/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 16 votos **SIM**: 17 votos **NÃO**. Fica prejudicada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 009/24. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, no sentido de colaborar e explicar. A emenda, Ver. Tiago Albrecht, Ver. Ramiro, quem mais tinha assinado essa emenda? (Pausa.) Nós apresentamos a Emenda nº 04 para contemplar, foi para tirar essa dúvida de poderem acumular as gratificações. A Emenda nº 04 sana isso, porque limita ao salário do prefeito atual, até dezembro. Dezembro muda, e o escritório também, esse que estamos votando, termina em dezembro. Eu acho que a Emenda nº 04 contempla a iniciativa dos vereadores que eu citei, Nádia, Fernanda, Ramiro, Tiago Albrecht, não sei se tem mais algum, mas são vereadores importantes e foi boa e importante a iniciativa, quero deixar claro aqui. Por isso, a rejeição dessa emenda não é para dizer “não” a esses vereadores, é para dizer que vamos deixar bem claro na próxima emenda, isso nós vamos fazer. Está bem, obrigado. A quatro é mais abrangente!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Quero fazer aqui justiça aos vereadores que também assinaram a emenda: Ver.^a Comandante Nádia, Ver.^a Fernanda Barth, Ver. Alvoni, Ver.^a Mari Pimentel, cujos nomes não constaram porque a assinatura deles entrou posteriormente.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 009/24, como autor.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Apenas, Presidente, para fazer um esclarecimento. Chegou até nós, na pessoa do secretário Germano Bremm, que está nesse momento no plenário, a preocupação de que a nossa emenda... Repito: a emenda veio porque ficamos muito preocupados com o possível jabuti, por isso me lembra aqui o Cecchim, que inclusive estava presidindo os trabalhos naquele dia, e o

secretário Bremm disse que talvez a nossa emenda pudesse prejudicar a atração de bons profissionais, porque uma gratificação, pela nossa emenda, a de nº 03, não poderia acumular as gratificações e talvez você não conseguisse ter um atrativo para os melhores profissionais da máquina. Esse é um argumento que contempla o Novo, no sentido de que o Novo, na sua prefeitura em Joinville, no seu estado de Minas Gerais, onde governa o Executivo e em outras também, em Patos de Minas, temos outras prefeituras, o Novo sempre busca os melhores quadros. E a regra de mercado, nesse caso, vale também para a máquina pública, quer dizer, eu dou uma gratificação, tento atrair os melhores e depois eu cobro; claro, sem o acúmulo. Face a essa preocupação do secretário Germano, e depois nós deliberamos aí em plenário, junto com a liderança do governo, assessoria do governo, a nossa assessoria também, de que esta trava no salário atual do prefeito, ou seja, mesmo que seja atraído para um desses cargos alguém que já dispõe dessa emenda, com essa trava de R\$ 22 mil bruto, parece que contempla. Então, evidentemente, que eu vou votar, “sim” na Emenda nº 03, não faz sentido eu botar uma emenda e votar “não”, mas afirmo que há esse acordo com o governo, com o secretário Bremm, a quem a gente também endereça o discurso de que atrai efetivamente os melhores quadros. Porto Alegre precisa das melhores pessoas, dos melhores profissionais da máquina pública para essa reconstrução; o tempo é exíguo – apenas seis meses –, mas é um voto de confiança do PL, do Novo, do Republicanos para que V. Sa. possa fazer o melhor trabalho. Temos uma outra emenda que o governo vai votar conosco, de transparência. Então é nesse sentido que eu subo também, para esse esclarecimento. E agradecer à Ver.^a Fernanda Barth, que, logo, desde o início, falou “vou votar com vocês”; a Ver.^a Comandante Nádia também mandou mensagem, “estou assinando a emenda, tenho interesse que assim seja feito”; também o Republicanos, com seus dois vereadores, a Ver.^a Mari também, que estão nesse barco conosco pela espécie de *compliance* com os nossos valores da direita, digamos assim. Então vou votar “sim” à Emenda nº 03, mas dizendo que, na Emenda nº 04, nós temos acordo com a base do governo, que vai aprovar depois conosco, espero, a Emenda nº 02, de transparência. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 009/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário, a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 009/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM**; 01 voto **NÃO**.

Passamos agora à Emenda nº 02, que não está destacada. Os vereadores que quiserem encaminhar o projeto, já podem encaminhar a emenda junto. Votaremos a Emenda nº 02, ao PLCE nº 009/24, e votaremos posteriormente o projeto.

Em votação o PLCE nº 009/24. (Pausa.) O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, meus caros colegas; Paulo Pimenta, quando foi nomeado interventor no Rio Grande do

Sul, no ministério extraordinário da reconstrução, numa das suas primeiras falas, Ver. Oliboni, disse que não sabia para que lado ir. Disse que não sabia, não sabia por onde começar o seu trabalho. Depois, acabou chamando algumas pessoas para poderem, de alguma forma, auxiliar nesse trabalho. Sabemos, porém, que todos que foram chamados são políticos tradicionais do Partido dos Trabalhadores aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Quando nós aprovamos, agora há pouco, uma emenda limitando ao teto do salário do prefeito a remuneração para o escritório que será montado na cidade de Porto Alegre, também com foco na reconstrução, abrimos mão de uma outra emenda que, de alguma forma, limitava as gratificações em cima destes salários. Por que nós fizemos isso – como bem disse o meu colega, Ver. Tiago Albrecht? Em um voto de confiança, sim, para o governo municipal, para que se possa ter, sim, um escritório focado na reconstrução da nossa cidade, com atração de bons nomes, mas, para atrair bons nomes, nós precisamos saber quais são esses nomes. E esta Emenda nº 02 trata sobre transparência, que cada uma das pessoas nomeadas nesse escritório tenha a sua devida justificativa com currículo, publicizada. Assim todos nós aqui, vereadores, fiscais da cidade, imprensa, população de forma geral, poderemos aferir se, de fato, as pessoas que estão sendo colocadas em cargos de tamanha relevância estão lá cumprindo o critério técnico, ou, se não estão cumprindo o critério técnico, estão cumprindo critério meramente político. Isto é fundamental para nós, do Partido Novo, Ver. Tiago Albrecht, que acreditamos que é preciso, sim, dentro da máquina pública, nós termos servidores concursados, com meritocracia, nós termos comissionados com meritocracia, para saber se, de fato, o dinheiro do pagador de imposto está sendo bem empregado. É o que nós buscamos fazer no nosso dia a dia, é o que nós fazemos aqui a cada votação e proposição à Câmara. Portanto não vejo aqui nem mesmo o PT ser contrário a uma emenda que traz transparência e controle sobre as decisões políticas da atual gestão da Prefeitura. O nosso compromisso é este: trazer aqui, às claras, quem está sendo nomeado, por que está sendo nomeado e qual a contribuição efetivamente técnica que essas pessoas estão dando. Para que não se corra o risco de quem comandar esse escritório faça, como disse Paulo Pimenta, que não sabia para onde ir, para onde correr, e acabou nomeando apenas a companheirada para estar ao seu lado. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim para encaminhar a votação do PLCE nº 009/24, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Esta emenda tem o aceite do governo, Ver. Claudio Janta, porque transparência interessa para todos nós. Então cumprimento àqueles que apresentaram essa emenda, e nós estaremos apoiando.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Mauro, colegas vereadores, quero aqui subir em nome do PL, da bancada do PL, da minha líder, Ver.^a Fernanda Barth, do Ver. Jessé Sangalli, e dizer que essa emenda, primeiramente, é uma emenda que fala de transparência. E quando nós falamos em transparência, isso agrada muito o Partido Liberal, porque nós queremos saber efetivamente quem estará nos cargos que nós estaremos, logo após esse debate, fazendo a votação. Por certo, são pessoas qualificadas, são pessoas com duto saber e que estarão aqui nesse momento tão trágico da nossa Porto Alegre, fazendo o seu melhor e apresentando eficiência, que é isso que a máquina pública precisa. Deixar claro que o Partido Liberal é contrário a qualquer tipo de aumento da máquina pública, é contrário à criação de cargos, é contrário ao aumento de impostos, no entanto, nesse momento de tragédia, nesse momento em que a enchente assola não apenas as pessoas, mas empresas também, nós temos que abrir exceções. E a pessoa que é inteligente, que usa da inteligência emocional, que usa da sua responsabilidade enquanto vereador nesta Casa, tem que pensar neste momento em ajudar Porto Alegre. Muito mais do que a eleição, quem votar aqui a favor deste projeto, estará votando pela reconstrução da nossa Porto Alegre. Vejam, senhores, que o impacto, o impacto desses CCs que serão criados, diz respeito a R\$ 1,731 milhão. É quase nada dos CCs; é quase nada de valor perante o que Janja e Lula gastaram em reformas e compras de imóveis: R\$ 30 milhões. Foram R\$ 30 milhões gastos pelo Presidente com móveis e reformas, e nós estamos falando aqui de pagar pessoas responsáveis, pessoas que tenham competência para dar eficiência e maior eficácia à máquina pública, com R\$ 1,731 milhão. Essas pessoas que serão contratadas vão tratar a respeito do montante de R\$ 12 bilhões. São R\$ 12 bilhões nas mãos de poucos que terão que ser eficientes e trabalhar com uma máquina pública que muitas vezes é burocrata, é um paquiderme no meio de uma cristaleira. E esses R\$ 12 bilhões que serão geridos, e pensamos aqui de uma forma mais célere, mais rápida, mais responsável, estão aqui divididos em R\$ 5 bilhões em habitação, R\$ 5 bilhões em drenagem, R\$ 1 bilhão em recuperação da infraestrutura e outros valores aqui que eu não vou esmiuçar. Mas nós temos que pensar que hoje, cada dia que nós não temos uma Porto Alegre recuperada, temos um prejuízo da não normalidade da cidade de R\$ 3,2 bilhões/mês, ou seja, são R\$ 3,2 bilhões/mês que a iniciativa privada está deixando de colocar também nos cofres públicos. Quando falamos na criação de 12 CCs num montante de R\$ 1,731 milhão, nós não estamos falando de quase nada perante o rombo, perante o quanto Porto Alegre está perdendo por conta das suas mais de 45 mil empresas diretamente afetadas, tantos quantos empregos, tantas quantas pessoas que estão sem renda para levar comida para dentro de casa. Quando falamos no escritório, falamos em seis módulos, gerenciamento de projetos e recuperação de infraestrutura, gerenciamento de projetos de habitação, gerenciamento de projetos de transformação urbana, gerenciamento de dados geoespaciais e monitoramento climático, projetos de ação e adaptação climática e também gerenciamento da recuperação econômica e financeira de Porto Alegre. Por isso, o Partido Liberal estará dando um “sim” com muita responsabilidade, porque esse “sim” é provisório, é até o final de dezembro, com todos os cuidados, com toda a transparência, e tenho certeza, com pessoas

contratadas que têm muito a oferecer. Apesar de muitos aqui não quererem o melhor para Porto Alegre, nós estamos juntos, nós vamos recuperar, apesar de o governo federal não ter mandado um centavo para a reconstrução de Porto Alegre. Muito obrigada.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Eu só cometi uma injustiça aqui, Presidente, que esta Emenda nº 02 também é assinada, além da nossa bancada do Partido Novo, pela bancada do Republicanos, também a Ver.^a Comandante Nádia e a Ver.^a Fernanda Barth.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate, vejam só a capacidade, a ginástica que eles fazem, são praticamente atletas do discurso, vão ganhar a olimpíada do engodo, da enrolação, dizendo que o Sebastião precisa de mais CCs para fazer o que não fez durante três anos e meio, que era a manutenção das casas de bomba e os furinhos nas comportas. Agora ele tem que reconstruir tudo, moradia, mobilidade, saúde educação, assistência e, para isso, olha como eles são espertos: tem que criar CCs. E não é CC pequeno, é lá no teto do prefeito! Na verdade, é mais uma vez o famoso trenzinho da alegria, só que quem vai embarcar nesse trenzinho vai ganhar o CCzinho agora, no apagar das luzes, do governo que está afundando. Aliás, por que não botou os secretários a trabalhar? Por que só agora vai falar em reconstrução? Por que só agora vai falar dos problemas da cidade, se nós falamos dessa tribuna há três anos e meio? Tem projeto indicativo meu na mesa do prefeito, do diretor do DMAE, que falava em macrodrenagem. Eu pedi para ajeitar a casa de bombas lá da Farrapos há muito tempo, em 2021! Está na gaveta, estava na gaveta do Alexandre, na gaveta do Maurício, na gaveta do Melo, porque esses partidos da direita, extrema-direita vivem no caos, no proselitismo, na demagogia. Agora eles vão lá prometer para todo mundo que vão ajeitar a vida deles, mas estão as escolas sucateadas, como a escola São Pedro, há mais de quatro anos eles não fazem a obra da escola! Vocês acreditam que esses CCs do tal escritório, em seis meses, vão reerguer a cidade? Gente, eles vão ganhar o salário, o salário gordo, polpudo, bem pesado, mordendo uma fatia grande no bolo das pessoas que pagam impostos, em vez de criar vaga em creche, de nomear psicólogo, assistente social, professor, médico, enfermeiro, para ajudar as pessoas. Não, não tem uma proposta aqui, por exemplo, de médicos especialistas, para dar conta da demanda reprimida da cidade, que é de dois anos de espera na fila do SUS, a média. Não, é criar CCs. Aí vem uma emendazinha dizendo: “Queremos transparência, veja bem, vamos botar o currículo”. É aquela mesma história que diziam do famoso banco de talentos. Aí, lá no banco de talentos do Júnior, eram só os cupinchas da turma dele. Agora o Melo vai ter que botar o currículo lá para justificar. Pelo amor de Deus, gente, vocês deixaram o DMAE com 2,5 mil cargos vagos, por isso que o DMAE não consegue fazer as obras, porque vocês não fazem concurso público. E aqui não é para recompor o quadro do

DMAE, 2,5 mil cargos, aqui é cecezada, mais gente para a famosa locomotiva, denominada, historicamente, como o “trenzinho da alegria”, em que todo mundo que fica feliz, ganha o seu salário sem fazer concurso público, e o servidor de carreira amarga 30% abaixo do que deveria receber, porque o governo diz que não tem dinheiro para pagar a inflação. Tem dinheiro para pagar a sua turminha seleta, mas não tem dinheiro para pagar a inflação. Aí vem gente aqui dizer: “Ah, mas o Lula criou a estrutura”. O Lula, ele destacou pessoas de outros lugares, criou um ministério para mais de 450 municípios, essa lista que o Pablo Melo leu aqui. E o Melo quer juntar uma turma só para uma cidade nessa quantidade? Faço o comparativo: vinte e poucas pessoas para um ministério para o Estado do Rio Grande do Sul inteiro, mais de 450 municípios colapsados; e a Prefeitura de Porto Alegre, mais gente ainda para uma cidadezinha só, que, durante três anos e meio, ele não conseguiu governar. É, simplesmente, nessa ginástica de vocês só vocês acreditam, porque o povo que nos assiste, nos ouve, nos enxerga, nos vê e conhece política não cai nessa canção de ninar, ninguém vai adormecer com isso. Nós sabemos do que vocês são feitos, vocês são feitos de toma lá dá cá, é da política do jeitinho, ajeitar um lugarzinho para os amigos que estão aí. Depois pode ser que esses amigos apareçam carregando bandeirinhas. Aí eu pergunto: até o Partido Novo veio aqui defender, ele que dizia que era estado mínimo, enxugar a estrutura? Agora estão inchando a estrutura na boca da eleição. É, parece que o discurso vai se esfarelando no ar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Esclareço que a Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/24 foi rejeitada porque precisávamos de 19 votos sim para ser aprovada.

O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/24.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta lista aqui da questão do escritório de reconstrução federal, vereador líder do PT aqui, na Câmara, essa lista é pública. Em primeiro lugar, nós saudamos que o governo federal tenha, em medida de urgência, feito um escritório de reconstrução que é muito importante para o estado gaúcho e também para a capital de todos os gaúchos, Porto Alegre. Nós saudamos a medida do governo Eduardo Leite, que também constituiu um escritório de reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul; portanto, o Presidente Lula e o ministro Pimenta entenderam que a estrutura para contemplar um problema deste tamanho... Foi colocado na medida provisória inclusive, precisa de aprovação lá no Congresso, enfim, e tenho a convicção que os deputados, de forma responsável, votarão para que esse escritório continue. Então nós saudamos a medida do governo federal, nós saudamos a medida do governo Leite, de preocupação e de instauração desse gabinete que é tão importante. Na verdade, eu venho à tribuna, pela terceira vez, no dia de hoje, pedir para que a oposição mantenha a coerência, tanto do governo Lula quanto da sua bancada na Assembleia Legislativa que constituiu um escritório com 36; a questão do número de cargos, bom, foi uma definição do governo do Estado e que teve a aprovação na Assembleia Legislativa, da bancada do PT, com oito votos dos dez. Eu inclusive li

anteriormente o nome de cada deputado estadual do PT que votou a favor desse escritório. A bancada do PT, na Assembleia Legislativa, teve um entendimento de que é importante a instauração desse escritório de reconstrução. Então o pedido que eu deixo aqui, na liderança do MDB, nesta tribuna, é exatamente de sensibilidade e de coerência da bancada da oposição e principalmente do PT, para que votem juntos com a sua bancada federal, juntos com seu líder Pimenta, que é o ministro do gabinete de reconstrução, que votem junto com a sua bancada estadual, na Assembleia Legislativa, que entendeu que o Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática é importante, então a gente pede que essa mesma coerência estadual e federal seja mantida em Porto Alegre. Eu quero fechar aqui com mais uma frase do ministro Pimenta, que chamou aqueles que querem votar contra o Escritório de Reconstrução federal de retaliação ideológica e política. E também o ministro Pimenta disse que aqueles que votarem contra estão torcendo para que dê errado a reconstrução do Rio Grande do Sul. E eu quero finalizar com mais uma frase do Pimenta: “Eu acho que a consequência política, se não for aprovado o Escritório de Reconstrução política, será tão danosa para quem pensar em fazer isso, que de sua consciência ninguém vai cometer esta insanidade”. Então palavras do ministro Pimenta, do PT, do governo Lula: é uma insanidade votar contra o Escritório de Reconstrução de Porto Alegre. Muito obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, depois desse projeto votado, eu queria pedir – eu acho que todos vereadores concordam – para votarmos todos os títulos de cidadão, para homenagear os vereadores.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/24.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, membros desta Casa, público que nos assiste, o que a gente ouve falar é que chegaram tantos milhões; o que a gente ouve falar é que não chegaram tantos milhões; o que a gente ouve falar é que tem que fazer tal coisa, que não se faz porque não tem projeto. Aí nós vemos que o governo estadual criou uma conta bancária e uma estrutura necessária para tratar a questão da crise que o nosso Estado está vivendo. O governo federal imediatamente criou um ministério para a crise. Aí o Ver. Jonas fala aqui que nós estamos criando uma estrutura, que é necessária, que é exigida por esse novo ministério, para fazer um trenzinho da alegria. O Ver. Jonas tem bola de cristal, já sabe até quem serão as pessoas indicadas. Para isso não ocorrer, nós fizemos uma emenda – não assinei a emenda porque não fui convidado a assiná-la, mas eu concordo com ela – de transparência. E é necessário ter esse escritório, é necessário nós termos um projeto para Porto Alegre, não um projeto de achismo, mas um projeto de solução, não somente na questão das cheias, das enchentes, mas também na questão de moradia, na questão do que foi dito aqui: de um todo, porque parece que os vereadores não leram o projeto, pois, segundo o projeto, esse escritório terá ingerência em todas secretarias do governo até o mês de dezembro,

permitindo ver as questões estruturais, porque não é só pegar e construir um módulo habitacional numa região na qual não há as estruturas necessárias. É preciso ter o escritório porque senão o governo do Estado e o governo federal não teriam feito. Nós não podemos esperar a questão da burocracia para o recurso chegar até a Prefeitura. Vai ter um recurso exclusivo, uma conta exclusiva para tratar das questões de reestruturação da cidade. Então é importante ter o escritório, é importante ter pessoas capacitadas e técnicas, não como se preocupam que haja a indicação de cabos eleitorais, mas de pessoas da academia, como prevê o escritório, pessoas com capacidade, que é o que está previsto para o escritório; e com essa emenda da transparência, muito mais. As pessoas terão que comprovar realmente a capacidade técnica e intelectual para estarem atuando nesse escritório; então é necessário. Já que a União imediatamente criou o seu escritório, criou os seus cargos, nós temos no escritório – pode-se dizer assim – da União o ex-presidente do Congresso Nacional, o Marco Maia; nós temos dois ex-prefeitos nesse escritório, pessoas capacitadas e técnicas; do governo do Estado também estão pessoas capacitadas e técnicas. Então, por que é que a cidade de Porto Alegre não pode ter o seu escritório? Porque nós vamos ter eleição daqui a 60, 90 dias? É por isso que nós não podemos ter o escritório? Nós não só podemos, como devemos ter pessoas qualificadas e técnicas dando-nos uma oportunidade de conhecimento sobre como se tratam as enchentes, como se trata a calamidade que nós passamos na cidade de Porto Alegre. Já vimos que não são só os diques, já vimos que há coisas necessárias. Nada como vir um documento técnico da academia dizendo que nós precisamos tirar os entulhos que estão no Guaíba, que nós precisamos tirar as areias que estão nas ilhas e que nós precisamos dar uma fluidez melhor aos nossos arroios, aos nossos riachos e aos nossos rios que desaguam dentro do nosso lago Guaíba. Então, é necessário nós estarmos caminhando juntos, assim como estão caminhando as cidades que foram atingidas, o Estado e a União, e nós termos um escritório para tratar do clima e das enchentes até o mês de dezembro. E esperamos que tenha essa pasta nos próximos governos e que seja pauta na eleição que chega agora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/24.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Presidente Mauro, saúdo V. Exa., Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero, em nome do Cidadania, encaminhar positivamente esse projeto, mas eu escrevi aqui... O Adeli vai achar que eu estou contra ele. Não, eu gosto muito do Adeli, mas às vezes ele dá umas rateadas. Adeli, vamos parar de gabinete da crise, esse é o gabinete da solução. Gabinete da crise tem em tudo que é lugar, e a crise nunca termina. Começou com a crise do arroz e se embretaram na crise do arroz. Agora não vão mais insistir com o leilão do arroz gaúcho ou do arroz internacional, que eles queriam trazer para prejudicar nossa produção do Rio Grande do Sul. Lá tem outra crise: a crise do dólar alto, que o Lula todo dia fala uma bobagem e eleva o patamar do dólar, o que ajuda pouca gente, não a população do Brasil. Eu acho

até, quero provocar aqui o PSOL e o PCdoB, que às vezes têm que dar uma opinião: “Lula, fecha a boca, Lula. Tu estás aí insuflando.” Os partidos (Expressão retirada por solicitação do orador.) aí, PSOL, PCdoB, têm que começar a falar com o Lula: “Lula, estás falando muita bobagem, Lula. Para de falar bobagem, vamos trabalhar.” Então, naturalmente o que tem que explicar para muitos da oposição é que não pode o dinheiro de uma construção entrar direto no caixa único, tem que fazer um escritório, o qual tem várias finalidades, diretrizes para serem observadas. O empresário precisa colaborar. O que tem de empresário que quer colaborar com Porto Alegre, recuperar uma escola, recuperar uma ponte, tem muito empresário que quer colaborar, mas ele não vai botar dinheiro a fundo perdido no orçamento do Município, pois não tem como tirar. Portanto, existe esse fundo que está sendo criado, o art. 8º define bem (Lê.): “Fica criado o Fundo Municipal de Reconstrução e Adaptação Climática [(FMRAC)], de natureza contábil especial, destinado a financiar, apoiar e viabilizar ações de reconstrução da infraestrutura urbana e de adaptação climática em Porto Alegre.” Então, esse é o objetivo; as diretrizes estão definidas nesse projeto para que nós possamos, naturalmente, ter um fundo para construir ou reconstruir, como diz o projeto, a nossa cidade que foi afetada. Regiões como Humaitá, regiões como Sarandi, as Ilhas, a Zona Sul, muitos bairros foram afetados. É lamentável que nós tenhamos que ouvir aqui alguns vereadores de oposição que querem crise, quanto mais crise, Jonas, e tu és o rei da crise, tu tens que estudar melhor, tu não foste tão bom na escola assim, não lecionava. O teu exemplo para as crianças lá não é tão bom, não é tão bom. Naturalmente, Presidente, eu entendo que tenha que ser aprovado esse projeto para que nós possamos até, e diz lá, com emendas...

(Aparte antirregimental do Ver. Giovanni Culau e Coletivo.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Que nós, Culau? Eu gostaria de dar a palavra, mas eu estou falando... Eu daria a palavra com muita satisfação, mas se pode...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Não, pois é, não pode. Eu acho que as crises que o governo Lula está criando no País são muito graves. E outro detalhe, o PT tem o DNA da corrupção, o DNA do PT é a corrupção. Mal começou o governo e já estão acontecendo os problemas de desvios, de licitações malfeitas, de problemas... Se meteram a decidir uma questão de licitação de leilão do arroz, que é do nosso Rio Grande, nesse momento triste do nosso Estado. Quebraram a cara, prejudicaram o Rio Grande do Sul novamente. Não querem decidir as questões, Bosco, do Rio Grande do Sul. Dinheiro tem que ser a fundo perdido. Deram fundo perdido para Nicarágua, para Cuba, para Venezuela, e o Rio Grande do Sul, que contribui com 6% a 8% do PIB nacional, não recebe de volta o que é seu. Nós contribuimos com o Estado, então, esse escritório vem na hora certa para amparar, para nós podermos dizer que o

empresário tem um canal para que ele possa doar para reconstrução de Porto Alegre. Eu ouvi falar hoje de manhã que alguns vereadores de situação estão com medo de votar, mas com medo do quê? Eu não acredito que três vereadores de um partido aí disseram que não iam votar, eu não acredito. Querem o quê? Crise? Quatro, três aí, querem crise? Crise onde? Então, vamos votar, o projeto é bom, ele vai captar dinheiro do empresário, num fundo determinado para as questões climáticas, as questões que afligiram a nossa população de Porto Alegre. Político tem que ter coragem, político tem que dizer por que veio. E nós vamos votar e vamos ganhar, vamos passar dos 19 votos nesta Casa. Obrigado, Presidente.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Pela relação respeitosa que tenho com o Ver. Cassiá Carpes, gostaria de sugerir que retirasse das notas taquigráficas a definição do PCdoB, enquanto “puxadinho”. Afinal, a nossa história é anterior ao surgimento do Partido dos Trabalhadores. Nesta cidade, ao longo dos últimos anos disputamos três vezes a Prefeitura de Porto Alegre, duas delas sem o apoio do PT, e jamais me referi ao Cidadania, que tem cargos no governo Lula dessa forma. Nunca me referi, assim, ao Cidadania, que apoiou o Lula nas eleições presidenciais contra Bolsonaro. Por isso, de forma respeitosa, faço esse pedido que retire das notas, um pedido que faço ao Ver. Cássia.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, Ver. Giovani Culau e Coletivo.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Se é só para retirar o “puxadinho”... Agora, eles vão continuar puxadinho, então, só posso dizer isso. Eu retiro a palavra, mas eles continuam puxadinho.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, Ver. Cassiá Carpes.

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE n° 009/24.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha, Presidente Mauro Pinheiro; respondendo ao Ver. Cassiá, que aqui comentou da dificuldade de vereadores da base em votarem “sim”, Ver. Pablo. Isso aconteceu pela dificuldade da narrativa, porque, na verdade, vereadores do PL estão tendo dificuldade de votar junto com o governo do prefeito Sebastião Melo, o qual eles já disseram que vão indicar o vice e que são base, e é o partido que tem o maior número de participação dentro desse governo, porque dentro do governo estadual, que votou o mesmo projeto para a reconstrução, eles foram fortemente oposição. E daí uma pergunta: será que eles querem destruir o Estado, mas construir Porto Alegre? E é uma dúvida, muitas vezes, que a gente vê como a narrativa

política, Ver. Pablo, é uma dificuldade para alguns, porque aqui, independente do partido, eu sempre disse que votaria “sim” ao projeto, independente de articulação de bastidores, porque eu sou a favor da reconstrução da cidade, independente de gostar do partido do prefeito ou do prefeito, e assim o Republicanos votará a favor da cidade. E é triste a gente ter visto que um partido que sustenta a base do prefeito, estava aqui fazendo secretários, e aqui os vereadores da base, estarem aqui correndo para resolver um problema, um problema que eles construíram lá na narrativa, no governo do Estado. Então, aqui, a narrativa deveria ser pró-Porto Alegre, como deveria ter sido na votação, na Assembleia, pró-governo do Estado e pró-Estado do Rio Grande do Sul. Fico triste com essa situação e reforço a minha posição, como vocês sabem, foram grandes os duelos que nós travamos aqui no plenário, e travo e travaremos, mas aqui o voto é a favor da cidade e votarei “sim”, como já dada a minha palavra anteriormente, e o Republicanos votará “sim”. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 02 ao PLCE nº 009/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária do Ver. Adeli Sell.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 009/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Vereador Adeli Sell (PT): Eu votei contra o PLCE nº 009/24, pois a proposta vem com atraso e desprovida de organicidade, carece da moderna governança administrativa. É uma proposta que beneficia cargos de confiança e apaniguados. Depois das provocações por parte da base do governo com acusações levianas, frases levianas, me convenço da correção do meu voto. Votei “não”.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Presidente, por acreditar na necessidade que a União teve de ter um escritório, um ministério, o governo do Estado e várias cidades, eu votei a favor. É importante nós sabermos o recurso que chega em Porto Alegre, de onde vem esse recurso, quem fez esse aporte, com agilidade para nós fazermos as obras necessárias.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Como Presidente, não usei a tribuna, mas quero dizer que votei “sim” ao projeto, tendo em vista que o governo federal já criou, o governo do Estado já criou. Escutei por mais de uma vez o ministro Paulo Pimenta dizendo que tem recursos para executar obras nas cidades, que o governo federal não faz obras e que os governos municipais precisam entregar projetos. Como conversei com o prefeito Melo e com o secretário Germano, e me disseram que esse projeto era para criar um escritório, para contratar técnicos, para construir projetos, para fazer obras em Porto Alegre, dei o meu aval votando “sim”. E, como vereador – assim como todos os vereadores, tenho certeza –, estarei acompanhando o desempenho desse escritório; esperamos que sejam realizadas as obras necessárias para reconstruir Porto Alegre.

Estaremos aqui, como vereadores, fiscalizando, certamente, como fiscalizamos sempre o governo. Votei “sim”.

Nós tivemos um requerimento, por várias vezes, para o projeto do Ver. Everton Gimenis ser votado, que era o primeiro da semana passada; agora, o Ver. Cecchim fez uma proposição para nós votarmos as homenagens. Pergunto aos vereadores – vai ser um a um – se votamos o projeto do Gimenis ou partimos para o requerimento do Ver. Cecchim? (Pausa.) Tem acordo? Depois voltamos para a ordem normal, são vários projetos de vereadores, aqui tem um lista de uns oito ou dez.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, apenas para lembrar que os títulos têm que ter maioria qualificada, 24 votos; e não temos no plenário, me parece, os 24 votos, para isso o pessoal que está remoto na sessão precisaria ficar atento para contemplar os colegas, para que ninguém pudesse... Temos 24 em plenário? Enfim, eu nem tenho título para votar, eu só estou advogando em favor dos colegas. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Cecchim, não pode ser em bloco. Vai ser, então, o do Gimenis e o do Cláudio...

Vereadora Comandante Nádia (PL): Só a título de explicação, se o senhor puder nos ajudar, Presidente. A questão dos títulos de cidadão, as homenagens, Comenda Porto do Sol, entre outras, não podem ser realizadas na Câmara de Vereadores, podem acontecer em outros ambientes, é isso?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A partir de agosto nós queremos voltar ao normal da Casa. Hoje estive olhando as obras da Casa, na parte do térreo, se os vereadores caminharem, vão ver que há impossibilidade de transitar pessoas de fora, porque temos vários obras em toda parte térrea da Câmara. Por isso a gente está evitando trazer o público para dentro da Câmara – tem móveis que estão... A nossa ideia é que a partir de agosto a gente consiga fazer as entregas, as homenagens no plenário. Tem alguns vereadores que estão preocupados, querem votar seus projetos para já poder organizar o mês de agosto, as entregas, mas não impede que o vereador faça a entrega fora da Casa.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Está bom, muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 201/22](#). (Pausa.) O Ver. Everton Gimenis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, pessoal que nos assiste pela TVCâmara, os que vieram nos acompanhar aqui no plenário, em especial o pessoal da Economia

Solidária da Guayí, que assina comigo esse projeto, da Unisol, do Fórum Municipal de Economia Solidária também que se fez presente hoje e no outro dia que iríamos votar. Este projeto se torna mais importante principalmente depois da reforma trabalhista, da lei da terceirização total, quando o mundo do trabalho foi cada vez mais precarizado. Hoje nós temos cada vez menos trabalhadores formais, trabalhadores com carteira assinada, e a precarização, a terceirização, o trabalho intermitente e todas essas formas trabalho, inclusive os bicos – como se chama trabalhado informal – crescem cada vez mais. O projeto da Economia Solidária é um projeto alternativo ao sistema tradicional capitalista, ele prevê mais a cooperação, a sustentabilidade. É um projeto que tem justiça social, que bota o ser humano acima do lucro e, como se diz, é solidário, é autogestionário, tem autogestão. Então esse projeto visa a dar segurança jurídica e regulamentar algo que já ocorre. Nós temos, em Porto Alegre, pelo menos já cadastrados, mais de 300 empreendimentos na Economia Solidária que envolvem mais de 1.500 trabalhadores diretamente e mais de 6.000 pessoas indiretamente. Portanto, a Economia Solidária já é viva, já é pulsante da nossa cidade. Já existe esse projeto em São Paulo, o Ver. Eduardo Suplicy aprovou um projeto igual; temos em Novo Hamburgo; Santa Maria. Vários locais já têm isso porque, se nós queremos discutir a geração de trabalho e renda qualificada – e ela é importantíssima no mundo de hoje –, Economia Solidária é importante. Ela também é importante para as comunidades mais periféricas, para a população mais pobre que tem mais dificuldade no trabalho formal. A Economia Solidária acaba sendo um motivo de inclusão social, a Economia Solidária inclui aquelas pessoas mais carentes. E, ao regulamentar esse setor, nós estamos reconhecendo a importância de um modelo econômico que coloca as pessoas e o meio ambiente acima e no centro das preocupações da nossa sociedade. Por isso que a gente apresentou esse projeto, baseado na Lei Paul Singer, que cria todo o marco regulatório da Economia Solidária, ele cria a política municipal, o sistema municipal, o conselho municipal e permite, inclusive, que os governos apliquem recursos na Economia Solidária, criem fundos e, portanto deem garantia jurídica e deem forma à Economia Solidária. Por isso nós conseguimos o apoio de várias entidades que militam na Economia Solidária e nós queríamos pedir aqui aos vereadores e vereadoras que aprovelem esse projeto importante que visa a dar essa segurança jurídica e visa a dar o trabalho mais qualificado, gerar emprego e renda de qualidade na nossa cidade e dar voz àqueles que já existem, porque a Economia Solidária já existe na cidade – não é, Ver.^a Biga? A gente sabe que tem vários empreendimentos, várias feiras, e nós precisamos regulamentar isso. Por isso que a gente apresentou esse projeto e veio aqui pedir o apoio desta Casa para aprovar esse projeto no dia de hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL n° 201/22.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Vou me referir a dois presidentes da sessão, ao Ver. Mauro Pinheiro e ao Ver. Freitas, que está assumindo agora, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Ver. Gimenis, o senhor tem um colega de bancada muito dedicado a essa causa, o Ver. Oliboni. Desde quando eu fui secretário da indústria e comércio, que eu acompanho a Economia Solidária, e é importante, quero dizer que é importante. Há pouco, tivemos aqui, no recinto, o secretário Cezar Schirmer, que tem em Santa Maria também. E aí eu perguntei para ele como é que foi; foi encaminhado pelo Executivo em Santa Maria. Então, vereador, eu espero que o seu projeto seja aprovado, mas se tiver que ser vetado por inconstitucionalidade, aí onde cria conselho, se tiver, eu serei parceiro a V. Exa. para que o governo encaminhe um com constitucionalidade, está bem? Eu gosto de jogar limpo, então, se tiver inconstitucionalidade, e o prefeito precisa vetar se tiver inconstitucionalidade, e tem inconstitucionalidade na criação do conselho, isso existe. Então em homenagem a vossa excelência que se esforçou com esse assunto, ao pessoal da Economia Solidária que aí está, eu tenho que ser muito claro, se houver o veto vamos conversar para criar o projeto sem a inconstitucionalidade. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 201/22.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Freitas, caros colegas, Ver. Everton, muito meritório seu projeto, principalmente no momento em que nós nos encontramos, momento em que a economia está cada vez pior, que MEIs, micro, pequenos e grandes empresários, Ver. Pablo Melo, perderam tudo. Muitas pessoas, neste momento, precisam do nosso incentivo, muitas pessoas, nesse momento, precisam da nossa ajuda. E a sua fala aqui de criar uma política municipal da Economia Solidária é muito importante, é aquela economia que a gente vê que muitas vezes na informalidade, a maioria, mulheres, acabam conseguindo sustentar sua família. Aquilo que eu falo: é prato de comida na mesa. Mas entendo aqui, vereador, que a criação do conselho não faz parte do *métier*, da missão do vereador, estaria tendo um óbice jurídico, de natureza jurídica, de natureza da origem do projeto, e seria muito importante que o senhor tivesse feito, porque é importante também ter um com conselho municipal sobre Economia Solidária, um indicativo ao governo municipal, que tenho certeza que não deixaria de atender o seu pedido. Eu acredito que como nós estamos em discussão e não terminada a discussão, gostaria de pedir até para o Presidente não terminar a discussão, para dar tempo de o vereador proponente tentar organizar o projeto, com uma emenda, com um substitutivo, com um projeto indicativo. Eu tenho certeza que a maioria dos vereadores aqui não serão problema, nesse momento. Sugiro para o senhor que a gente possa aproveitar esse projeto, não dizer não para ele como um todo, porque ele tem partes boas e muitas que não podem ser aprovadas por nós, vereadores, para que a gente possa, efetivamente, também ajudar aqueles que trabalham com a Economia Solidária, muitos deles, na sua grande maioria, mulheres. E friso aqui: mulheres que acabam na

informalidade, levando o dinheiro, levando comida para dentro de casa. Então, sou sua parceira, só tem que solicitar que a discussão não encerre, para que o senhor tenha tempo hábil de fazer essa manobra, para que nós possamos aprovar o seu projeto muito meritório e que a gente possa aqui, enquanto vereadores de Porto Alegre, incentivar, fortalecer e cada vez mais empoderar esses que fazem do seu trabalho, do seu labor diário a conquista daquilo que é mais caro para todos nós: uma casa, alimento, roupa para vestir. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 201/22.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Dr. José Freitas, neste momento; colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando aqui ansiosamente esse projeto, Avesol, Economia Solidária. Temos vários companheiros. Na semana passada, estava lotado aqui o auditório. Muito bem-vindos aqui. Essa iniciativa do nobre colega Gimenis dialoga com, olha, eu diria que com 20 ou 30 mil pessoas no mínimo em Porto Alegre. Se, no artesanato, nós podemos dizer que hoje são mais de 20 mil e que todas as feiras que nós criamos de artesanato, artes plásticas, culinária, antiguidades, elas são insuficientes ainda na cidade, porque milhares de pessoas ainda complementam sua renda familiar a partir da sua iniciativa que é as artes plásticas, o artesanato, com a venda de antiguidades e assim por diante. Já na Economia Solidária é um pouco mais amplo; quando nós falamos em Economia Solidária, nós falamos, por exemplo, em questão de confecção de roupas, de alimentos, de artesanato, sim. E nós temos muitos políticos e entidades que gerenciam programas estratégicos na cidade e no Estado. E é por isso que eu acho de extrema importância esse projeto de lei do nobre colega Gimenis, quando ele cria política de Economia Solidária em Porto Alegre, que não tem, mas que se soma com isso. E é essa a grande questão aqui que os colegas estão abordando, a criação do conselho que, para o governo, ou enfim, alguns pareceres, possa ser inconstitucional, mas nós podemos fazer em segundo momento, por exemplo, porque hoje para debater a Economia Solidária está no Fórum Municipal de Economia Solidária. Olha, fórum municipal é onde o governo tem que legitimar para debater a Economia Solidária na cidade. Bom, se o Município então vai reconhecer o fórum municipal, que vai debater a Economia Solidária, inclusive os senhores podem utilizar a Câmara para fazer um seminário e debater isso, convidar o governo para poder aqui começar a implementar, é a vida real, e são os trabalhadores que estão chamando para isso. Então é nesse sentido que nós queremos não só parabenizar, existem recursos federais como nunca para esta área, nós precisamos atender esse público que milita, que atua, que trabalha, que é a sua sobrevivência na criação desta política municipal de Economia Solidária. Por isso, quero parabenizar o colega Gimenis e saudar aqui o povo – venham para cá, pressionem, porque aqui é que acontece, a vida é que acontece. Abraço.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Mais algum vereador se inscreve? Suspendo os trabalhos por dois minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h53min.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): (17h03min)
Retomamos os trabalhos lembrando que depois desse projeto do Ver. Gimenis nós iremos votar o projeto do Ver. Conceição, e eu peço a compreensão dos colegas para nós votarmos rapidamente, temos em torno de dez títulos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Apregoamos a Emenda nº 01 ao PLL nº 201/22, de autoria dos vereadores Everton Gimenis e Jonas Reis, líder da bancada do PT, com o seguinte teor (Lê): “Fica sugerida a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária – CMES –, órgão de articulação e coordenação das políticas e ações desenvolvidas pelos integrantes...” Mas tem um problema aqui. Nós temos um problema na emenda, não está especificado qual é o artigo que altera. (Pausa.) Vamos refazer o prego da emenda. A emenda dá nova redação ao *caput* do art. 21 (Lê): “Fica sugerida a Criação do Conselho Municipal de Economia Solidária – CMES, órgão de articulação e coordenação das políticas e ações desenvolvidas pelos integrantes do SIMES, com as seguintes atribuições.” Aí seguem as atribuições, que não foram alteradas.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 201/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 201/22. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nossos telespectadores, ouvintes e todo o pessoal que está conosco nesta tarde. Eu estive viajando, cheguei aqui agora, até porque fui ao enterro da minha tia de 97 anos no interior. Eu, a partir de um determinado momento da viagem, quando deu sinal, tive a possibilidade de participar da reunião *online* e vim rapidamente para cá. Quero cumprimentar o Gimenis, nosso vereador, pela proposta, porque ela é muito importante e dizer que é bom que há um movimento favorável aqui na Câmara, posições todas favoráveis. Vamos aprovar o projeto, e, até para divulgar em seu conhecimento, é de minha autoria a lei que autorizou a Feira da Economia Solidária, no Largo *Glênio Peres*. Acredito que, com essa sua iniciativa, nós agregamos mais outros encaminhamentos de valorização, e, antes de mais nada, trazemos resultados positivos para todos e todas que atuam junto à Economia Solidária. Meus cumprimentos. Cumprimento vocês e vamos votar favoravelmente. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 201/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 201/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli.

Vereador Everton Gimenis (PT): Presidente, eu só queria agradecer a todos os vereadores e vereadoras que aprovaram esse projeto, bem como o povo da Economia Solidária que veio aqui apoiar o projeto. Muito obrigado, esse é um projeto importante para a cidade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Parabéns! Em discussão o [PLL nº 192/24](#). (Pausa.) O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Muito boa tarde, Presidente José Freitas, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, e todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara. A minha defesa desse projeto é muito objetiva em razão de toda a situação de desordem que aconteceu no mês de maio, a partir do dia 4, decorrente da calamidade que afetou todo o Estado, a cidade de Porto Alegre ficou totalmente desordenada no sentido da questão de trânsito. Tudo isso por quê? Porque a prioridade foi a defesa das vidas humanas que estavam sendo afligidas. As pessoas estavam vindo de várias partes do Brasil, fora do Estado e também do interior do Estado, para ajudar no resgate das pessoas. O trânsito ficou totalmente fora da ordem, porque carros transportando *jet ski*, barcos, e também alarmes falsos lá na zona do Sarandi, dizendo que o dique tinha sido extravasado. Isso gerou pânico na população por diversas vezes e as pessoas acabavam, por vários momentos, passando sinais vermelhos. Então a minha sugestão, até mesmo para honrar os voluntários que vieram para cá, para que essas multas do mês de maio fossem totalmente canceladas e nós pudéssemos realmente, a partir disso, restabelecer a ordem na cidade de Porto Alegre com relação ao trânsito. A minha proposta e sugestão é que a gente possa aprovar essa lei que vai dar a condição de serem canceladas as multas que, porventura, ocorreram em função de as pessoas tentarem salvar o máximo de pessoas, porque, no início do trabalho, foram exatamente os moradores, foi o povo tentando salvar o povo, até que o poder público, o Exército, todos os poderes representativos do Estado pudessem entrar em cena, que foram atrasados, foi a população que tomou a iniciativa de socorrer a própria população.

Então, eu queria honrar a população e os voluntários para que essas multas fossem canceladas, que todos possam aprovar esse projeto e a gente homenagear os voluntários que vieram de toda parte do Brasil, do interior. Muito obrigado, que Deus abençoe.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 192/24.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Sr. Presidente, eu queria informar, da boa ideia do Ver. Conceição, que a EPTC já tinha... Eu ouvi as emissoras de Porto Alegre dizendo que, naquele período das enchentes, ela não ia fazer algumas multas e, inclusive, citou, naquela oportunidade, aquelas questões de trânsito. Eu acho que é um bom senso, o projeto do Ver. Conceição também vem nesse sentido. Então eu acho que é um bom projeto, sim, porque, naquele período, muitas coisas as pessoas fizeram, porque não tinham outras oportunidades, tinham que desviar o trânsito, tinham que, às vezes, entrar contramão, às vezes uma sinaleira que não funcionava. Até hoje tem piscante na cidade. Aproveito a oportunidade para dizer que tem que sincronizar essas sinalleiras que estão na cidade, porque elas estão desconectadas. Passa uma sinalleira aqui, e, em 100 metros, a outra está fechando. Ao contrário, a 3ª Perimetral, que eu fui um dos construtores como secretário, não tinha essa quantidade de sinalleiras. Então, há muitas sinalleiras, muito mal direcionadas e não estão sincronizadas. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 192/24.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores. Conversei agora com o Ver. Conceição, a gente elaborou uma emenda a essa iniciativa dele, que é uma iniciativa justa, honesta, necessária, porém a nossa emenda vai para tentar corrigir ali algo que, no nosso ponto de vista, já vem acontecendo na cidade, infelizmente, que são as empresas de ônibus se beneficiarem dessa brecha legal que a Câmara pode vir a dar. Então, a gente retira as empresas de ônibus, as empresas que já têm mais de 20 multas registradas, todas elas judicializadas, multas essas que deveriam servir para abater e subsidiar o transporte do nosso povo. Há muito tempo Porto Alegre não vem fiscalizando o transporte coletivo por ônibus, quando houve a fiscalização, todas as multas foram judicializadas por parte das empresas, e quem pega ônibus todo dia sabe a condição do nosso transporte. Então, para tentar corrigir essa injustiça nessa proposta necessária, que a gente construiu a emenda e a gente pede o voto de todos vereadores.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 192/24.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente José Freitas, em exercício, nosso vice-presidente, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores. Sem dúvida nenhuma, vivemos um momento muito difícil, muito duro para o povo gaúcho do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre atingida sobremaneira, muitas

peessoas perderam muito, algumas pessoas perderam tudo e outras perderam a vida. Precisamos, acima de tudo, trabalhar com união para reerguer o nosso Estado e a nossa capital. Pessoas perderam todas as suas memórias, perderam o seu chão, voltaram para suas casas, para os seus lares após baixar a água e não encontraram nada, Ver. João Bosco Vaz. E agora, para completar, veio o frio, Ver.^a Mônica Leal, então as pessoas estão molhadas, estão na chuva que não dá trégua. A previsão para o mês de julho é que chova 20 dos 30 dias; então, nós ainda temos muito trabalho a fazer. Bastante foi feito; a solidariedade imperou, muitas pessoas estenderam a mão, ajudaram como foi possível, todos acabaram se envolvendo de uma forma ou de outra, solidariedade em nível nacional, internacional, doações vieram de tudo que é lado. Eu acredito que neste momento tão difícil da história do nosso Estado, da história do nosso País, porque nós estamos falando aqui da maior tragédia que o Brasil já viu no que diz respeito à catástrofe natural, a enchente do Estado do Rio Grande do Sul... No que diz respeito à categoria que represento e que com muita honra fui reeleito agora para o quarto mandato consecutivo, como o presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, só para que vocês tenham uma ideia, das 46 cidades onde foi declarado estado de calamidade pública, somente nesses 46 municípios, Ver. Conceição, dos 40 mil corretores de imóveis, 22 mil corretores de imóveis estão nesses 46 municípios. Aqui, na nossa vizinha Eldorado, 14 mil residências foram atingidas; na nossa vizinha Guaíba, 12 mil residências atingidas; em Porto Alegre, foram severamente atingidos os bairros Humaitá, Navegantes, Anchieta, enfim, hoje ainda recebi o pessoal da Ponta Grossa, Sarandi. Estivemos lá na Ponta Grossa nesse final de semana, água batendo, encobrindo o calçadão de Ipanema, onde ainda não é possível o acesso. Muito ainda precisa ser realizado, e essa iniciativa do Ver. Conceição... Parabéns, Ver. Conceição! Ver. Cecchim, vamos dar uma colher de chá, três meses a EPTC... Eu lhe concedo, com muita honra, a palavra, vereador líder do governo.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O senhor me provocou, e eu concordo. É um bom projeto, eu vou votar a favor.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Que bom, que bom. Parabéns, Ver. Conceição, parabéns! Agora, qualquer gesto, qualquer real conta muito. Hoje, eu ainda estava olhando na imprensa o setor de gastronomia, as pessoas demitidas. Então pessoas sem emprego, sem casa, sem eletrodomésticos, sem móveis; as crianças, muitas crianças, agora, de novo, a questão do calendário escolar, e é tudo no período de um ano. Duas enchentes catastróficas: no ano passado, não tão grave; este ano, gravíssima. Eu mesmo quero dizer que tinha um colega, um amigo, uma pessoa próxima, Ver. Conceição, que fazia hemodiálise duas vezes por semana; no sábado, foi fazer hemodiálise, não teve condições, o hospital embaixo d'água – Hospital Mãe de Deus; na segunda-feira, nós enterramos o amigo. Então essa catástrofe vai muito além do que a gente enxerga, do que os nossos olhos podem ver. É gravíssimo o que acontece, o que está acontecendo e o que ainda está por vir, no que diz respeito à reconstrução do nosso Estado e da nossa capital.

Então, é hora de união, é hora de não se ater a picuinhas, a pequenas brigas; agora, nós precisamos olhar para frente, dialogar com o futuro, e cada um fazer a sua parte. Que bom que a Câmara hoje está fazendo a sua parte, pelo menos aqui, por iniciativa do Ver. Conceição, aliviando por três meses as multas da EPTC. Aliás, muitos perderam seus carros, água até o teto; eu mesmo perdi a minha viatura – está aqui lembrando o Ver. João Bosco Vaz –, inúmeras pessoas perderam os seus veículos, pessoas que usam o veículo para trabalhar. Quantos profissionais, motoristas de aplicativo, quantas pessoas que utilizam os seus automóveis como sustento perderam seus carros. Então, muito obrigado, Presidente. Vamos votar “sim” – falo em nome da nossa bancada, em meu nome e em nome do Ver. João Bosco Vaz –, porque, sim, precisamos auxiliar naquilo que estiver ao nosso alcance, e a iniciativa de V. Exa. é boa, porque dá pelo menos um alento a quem foi multado durante o período das enchentes. Pela atenção, muito obrigado. Boa tarde a todos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação o PLL nº 192/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Conceição.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Presidente, conversei com Ver. Oliboni e com o Ver. Giovanni Culau e Coletivo, e eles concordaram que se votem os títulos antes dos projetos deles. E os deles ficam para segunda-feira, o primeiro e o segundo. Pode ser, diretor legislativo?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Pode. Como fica, então?

O requerimento é para que o projeto do Ver. Culau, PLL nº 244/23, seja o primeiro, e o do Ver. Oliboni, PLL nº 084/23, seja o segundo de segunda-feira. Depois votamos os títulos.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Agora votamos os títulos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só que nós vamos fazer uma verificação de quórum antes.

Vamos ter que voltar agora um pouquinho no processo do Ver. Conceição, porque tem uma emenda que nós não votamos. Vamos retornar, Presidente? Relativamente ao PLL nº 192/24, a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Karen Santos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 01 ao PLL nº 192/24. (Pausa.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Estamos votando a emenda da Ver.^a Karen Santos que não estende às empresas grandes, é isso?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): É isso. (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 14 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

Em votação o PLL nº 192/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO): Presidente Freitas, eu quero agradecer o apoio dos vereadores e a sensibilidade diante da realidade que nós estamos vivendo. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Está *ok*, obrigado. Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, nesse mesmo sentido, sei que agora serão priorizados os títulos, mas eu tenho o meu Requerimento nº 023/24 da Ordem do Dia, é uma homenagem ao transcurso do Dia do Corretor de Imóveis, que acontece em agosto. Então, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 023/24.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o [Requerimento nº 023/24](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o [PLL nº 130/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 130/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**.

Em discussão o [PLL nº 097/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 097/24. (Pausa.)

Vereador Jessé Sangalli (PL): Não encerra a sessão, já que temos os 24 necessários?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não. A Câmara delibera, em princípio, vereador, com 19 presenças.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**.

Em discussão o [PLL nº 133/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): O próximo, Presidente, é um projeto da Ver.^a Fernanda Jardim, que eu desarquivei a pedido dela e peço o acompanhamento de todos para que possamos aprovar esse título aqui em Porto Alegre.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em discussão o [PLL nº 017/20](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Após a apuração nominal. **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

Em discussão o [PLL nº 127/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 127/24. Emenda em título?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Verdade, tem uma emenda aqui, vamos ver o teor da emenda. (Pausa.) Nós vamos ler a emenda, só um pouquinho. (Pausa.) Na verdade, é uma correção técnica, saiu originalmente “cidadão” e é “cidadã”.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação nominal a Emenda nº 01 ao PLL nº 127/24. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): As partes acessórias têm que ser votadas com o mesmo quórum da principal.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM**.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação nominal o PLL nº 127/24. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Com muita honra vou presidir o título que o Ver. Freitas está concedendo.

Em discussão o [PLL nº 079/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

(O Ver. José Freitas reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em discussão o [PLL nº 207/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 207/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

Em discussão o [PLL nº 197/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 197/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**.

Em discussão o [PLL nº 196/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 196/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

Em discussão o [PLL nº 083/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 083/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**.

Em discussão o [PLL nº 134/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 134/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

(17h59min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0641/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 256/21, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, que assegura às pessoas em união estável homoafetiva e aos seus dependentes diretos o direito à participação nas políticas públicas executadas pelo Município de Porto Alegre, direta ou indiretamente, com a cooperação de entes públicos ou privados, que visem assegurar direitos fundamentais e de cidadania. **(SEI 234.00004/2021-69)**

PROC. Nº 1034/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 610/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que denomina Passeio Dona Cecília Flores da Silva o passeio localizado na Praça Ivo Correia Meyer, localizada no Bairro São Sebastião. **(SEI 020.00127/2023-11)** Observação: com Emenda nº 01, dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Não há inscritos para discutir a Pauta. Estão encerrados o período de discussão de Pauta e a presente sessão. Obrigado, vereadores.

(Encerra-se a sessão às 18h.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *